**LEI Nº,
DE..... DE..... DE 2021**

***DISPÕE SOBRE O
CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA DO AGENTE
PÚBLICO MUNICIPAL DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE SANTOS, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.***

ROGÉRIO SANTOS, Prefeito Municipal de Santos,
faço saber que a Câmara Municipal aprovou em sessão extraordinária realizada
em e eu sanciono e promulgo a seguinte:

TÍTULO I

DA APLICAÇÃO, DOS DEVERES, DAS PROIBIÇÕES,

DAS PENALIDADES E DA APLICAÇÃO DA PENA

CAPÍTULO I

DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Poder Executivo, o
Código de Conduta Ética do Agente Público Municipal, compreendendo normas de
conduta funcional, de educação ética e de prevenção à corrupção, na conformidade das
disposições desta lei.

Art. 2º São objetivos do Código de Conduta Ética do Agente Público Municipal:

I - Estabelecer, no campo ético, normas específicas de conduta funcional;

II - Orientar e difundir os princípios éticos, prevenindo condutas disfuncionais e ampliando a confiança da sociedade na integridade das atividades desenvolvidas pela Administração Pública Municipal;

III - Reforçar um ambiente de trabalho ético que estimule o respeito mútuo entre os agentes públicos e a qualidade dos serviços públicos;

IV - Aperfeiçoar o relacionamento com os cidadãos e o respeito ao patrimônio público;

V - Assegurar a clareza das normas de conduta, de modo que a sociedade possa exercer sobre elas o controle social inerente ao regime democrático;

VI - Fornecer material e subsídios às Comissões de Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias visando a apuração das condutas em desacordo com as normas de conduta funcional;

VII - Tornar claras as regras éticas de conduta, possibilitando à sociedade aferir a lisura do processo decisório governamental;

VIII - Contribuir para o aperfeiçoamento dos padrões éticos da Administração Pública Municipal, a partir do exemplo dado pelas autoridades de nível hierárquico superior.

Art. 3º Para os fins deste Código, considera-se:

I - Agente Público: todo aquele que exerça, ainda que transitoriamente e sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, convênio, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função pública em órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta do Poder Executivo, inclusive os integrantes da Alta Administração do Poder Executivo;

II - Alta Administração, os seguintes gestores públicos:

a) Prefeito e Vice-Prefeito;

b) Secretários Municipais, Procurador Geral, Ouvidor Público, secretários adjuntos, subprefeitos, bem como os titulares de cargos administrativos ligados diretamente a estes;

c) Dirigentes e vice dirigentes de entidades da administração indireta do Poder Executivo, seus chefes de gabinete e titulares de unidades administrativas ligadas diretamente ao dirigente máximo;

d) Ocupantes de cargo de chefe de departamento e assessoria direta ao Prefeito, Vice-Prefeito e dirigente máximo de órgão ou entidade da administração pública direta e indireta do Poder Executivo;

e) Presidentes de órgãos colegiados deliberativos de empresas públicas e sociedades de economia mista do Poder Executivo;

f) Presidentes de conselhos municipais.

Art. 4º A conduta do agente público, incluído o da alta administração, reger-se-á, especialmente, pelos seguintes princípios e valores:

I - Ética;

II - Integridade;

III - Transparência;

IV - Impessoalidade;

V - Dignidade e decoro no exercício de suas funções;

VI - Boa-fé;

VII - Iniciativa;

VIII - Eficiência;

IX - Presteza;

X - Legalidade;

XI - Compromisso com o interesse público;

XII - Responsabilidade;

XIII - Assiduidade;

XIV - Pontualidade.

CAPÍTULO II

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 5º O agente público responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

Parágrafo único. A apuração de responsabilidades dos agentes públicos do Município de Santos, sob as normas desta lei, aplicar-se-á independentemente do regime de admissão.

Art. 6º A responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.

§ 1º A indenização de prejuízo dolosamente causado ao erário será liquidada por composição com o agente público, de forma a integralmente reparar o dano, ou pela via judicial.

§ 2º As reposições e ressarcimento ao erário, desde que comprovadas em processo administrativo, serão acordadas com o agente público ativo, aposentado ou ao pensionista para pagamento, no prazo máximo de trinta dias, podendo ser parceladas, a pedido do interessado.

§ 3º Excluem-se das hipóteses do parágrafo anterior o ressarcimento de valores decorrentes de multa de trânsito, devendo a Administração cobrá-los através de procedimento próprio.

§ 4º Na falta de bens que garantam a execução do débito, poderá ser procedido o desconto em folha, em parcelas mensais no limite de 10% da remuneração líquida mensal, depois de instruído processo de tomada de contas, com identificação da responsabilidade e apuração do valor atualizado, assegurado ao agente público o direito de contestar o mérito e impugnar valores.

§ 5º Tratando-se de dano causado a terceiros, responderá o agente público perante a Fazenda Pública, em ação regressiva, se infrutífera a composição.

§ 6º A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida.

Art. 7º A responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputadas ao agente público, nessa qualidade.

§ 1º Quando o agente público tiver sentença condenatória na esfera penal, por crime contra a Administração Pública, com trânsito em julgado, a autoridade no órgão ao qual estiver vinculado promoverá processo disciplinar, se não instaurado, para dar consequência administrativa à decisão judicial.

§ 2º O agente público incurso na situação prevista no parágrafo anterior, poderá, em defesa, discutir os efeitos da sentença ou arguir a sua desconstituição, sendo vedado o reexame do mérito.

Art. 8º A responsabilidade administrativa resulta de ato omissivo ou comissivo praticado no exercício do cargo ou função, ou com reflexo no seu desempenho.

§ 1º Considera-se infração disciplinar o fato assim identificado em lei, ainda que meramente culposos, ou praticado pelo agente público em descumprimento a algum dos deveres ou a violação a alguma das proibições relacionadas na presente lei.

§ 2º Os agentes públicos ficam sujeitos ao poder disciplinar desde a data da posse ou, se esta não for exigida, desde a data do início do exercício de funções.

§ 3º Os agentes públicos em estágio probatório responderão igualmente a processo disciplinar.

§ 4º A exoneração ou a mudança de situação funcional não impedem a punição por infrações cometidas no exercício da função anterior.

§ 5º O agente público que estiver respondendo a processo disciplinar não poderá ser exonerado. Se o foi, antes do apuratório, o ato de

exoneração será convertido em demissão, se for o caso, após a decisão final do processo disciplinar.

§ 6º O agente público em regime celetista que estiver respondendo a processo disciplinar não poderá ser demitido. Se o foi, antes do apuratório, o ato de demissão será convertido em demissão, por justa causa, se for o caso, após a decisão final do processo disciplinar.

Art. 9º As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

Parágrafo único. Nos casos de crime contra a Administração Pública, a sanção administrativa não dependerá de sentença judicial condenatória, podendo ser instaurado processo administrativo disciplinar.

Art. 10. A responsabilidade administrativa do agente público será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria, ou diante a circunstâncias dirimentes da infração.

Parágrafo único. São circunstâncias dirimentes da infração disciplinar:

- I** - O fato não constituir infração disciplinar;
- II** - A coação, assim compreendida como a presença de uma força física ou psicológica intransponível;
- III** - A privação acidental e involuntária do exercício das faculdades intelectuais no momento da prática do ato ilícito;
- IV** - A legítima defesa, própria ou alheia;
- V** - A não exigibilidade de conduta diversa;
- VI** - O exercício de um direito ou o cumprimento de um dever;
- VII** - Não existir prova suficiente para a condenação.

CAPÍTULO III

DOS DEVERES

Art. 11 É dever geral dos agentes públicos atuar no sentido de criar confiança na ação da Administração Pública e na imagem dos próprios agentes públicos, agindo com iniciativa, imparcialidade e eficiência.

Art. 12. Consideram-se, ainda, deveres:

I - Exercer suas atribuições com eficiência, com otimização dos recursos disponibilizados pela Administração, buscando prestar os serviços de maneira ágil e sem atrasos;

II - Ser íntegro, escolhendo sempre a melhor e a mais vantajosa opção para o bem comum;

III - Exercer suas atribuições com eficiência, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, com o fim de evitar dano ao usuário;

IV - Manter-se atualizado com as instruções, as normas de serviço e a legislação pertinentes ao órgão onde exerce suas funções;

V - Apresentar-se convenientemente trajado em serviço, ou com o uniforme determinado, quando for o caso;

VI - Ser imparcial, mantendo sempre a neutralidade e independência com relação a influências político-partidária ou ideológica;

VII - Desviar ou captar pacientes do SUS para clínicas, hospitais, consultórios e outros serviços particulares de saúde, que sejam ligados à terceiros relacionados, ou em que os agentes públicos atuem como sócios, proprietários, ou em posição de tomada de decisão;

VIII - Dar celeridade a qualquer prestação de contas para otimização dos recursos, direitos e serviços da coletividade sob o seu encargo;

IX - Tratar com respeito e prontidão os usuários dos serviços públicos, buscando, quando possível, aperfeiçoar processos de comunicação e o contato com o público;

X - Respeitar todos os usuários e agentes públicos, sem qualquer espécie de preconceito ou distinção de sexo, cor, idade, origem, raça, credo, orientação sexual, opinião e/ou filiação político-ideológica, posição social e quaisquer

outras formas de discriminação;-

XI – Respeitar a hierarquia e cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais e antiéticas, dando ciência às autoridades competentes;

XII - Resistir às pressões de superiores hierárquicos, de contratantes, interessados e outros que visem obter quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência de ações imorais, ilegais ou antiéticas, denunciando-as às autoridades competentes;

XIII – Apoiar-se em documentos e evidências que permitam convicção da realidade ou da veracidade dos fatos ou das situações examinadas, de modo a agir sempre com objetividade e imparcialidade, evitando posicionamentos meramente pessoais;

XIV – Cumprir os prazos regulamentares para apresentação dos trabalhos que lhe são afetos, comunicando à chefia imediata, com antecedência, quando da impossibilidade de atender ao prazo estabelecido;

XV - Manter sob sigilo informações sensíveis ou que atentem contra a privacidade, às quais tenha acesso em decorrência do exercício profissional ou convívio social;

XVI - Assegurar o direito fundamental de acesso à informação, considerando a publicidade como preceito geral e o sigilo como exceção, em conformidade com as demais diretrizes e princípios básicos da Administração Pública;

XVII - Assegurar, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, a gestão transparente da informação;

XVIII - Proteger informações sob sigilo na forma da lei e da Constituição Federal;

XIX - Zelar, no exercício do direito de greve, pelas exigências específicas da defesa da vida, da segurança coletiva e da prestação dos serviços essenciais;

XX - Ser assíduo e pontual ao trabalho, levando em conta os potenciais danos diretos e indiretos à Administração Pública;

XXI - Manter limpo e organizado o local de trabalho;

XXII - Compartilhar com os colegas o conhecimento obtido em função de seu trabalho ou aquele adquirido em cursos, congressos e outras modalidades de treinamento;

XXIII - Facilitar a fiscalização de todos os atos ou

serviços por quem de direito, na forma da lei;

XXIV - Alertar, com cortesia e reserva, qualquer pessoa sobre erro ou atitude imprópria contra a Administração Pública;

XXV - Zelar pelo meio ambiente, evitando desperdício e estimulando atitudes sustentáveis;

XXVI - Levar as irregularidades de que tiver ciência, em razão do cargo ou função que exerce, ao conhecimento da autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, ao conhecimento de outra autoridade competente para apuração;

XXVII - Empreender esforço e dedicação para o cumprimento das metas e objetivos definidos em contratos de gestão, plano de governo e programas de participação de resultado da gestão municipal;

XXVIII - Representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder.

§ 1º A representação de que trata o inciso XXVIII será encaminhada aos órgãos apuratórios, assegurando-se ao representado ampla defesa.

§ 2º Será considerado coautor, para o fim do disposto nesta lei, o superior hierárquico que, recebendo denúncia ou representação a respeito de irregularidades no serviço público ou de falta cometida por agente público, seu subordinado, deixar de tomar as providências necessárias à sua apuração.

CAPÍTULO IV

DAS PROIBIÇÕES

Art. 13. Ao agente público é proibido:

I - Ser conivente com erro ou infração a este Código de Conduta Ética ou legislação correlata à Administração Pública Municipal;

II - Usar de artifícios para dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa;

III - Fazer uso de informações privilegiadas obtidas no âmbito interno de seu serviço, em benefício próprio ou de outrem, salvo em defesa

de direito;

IV- Exigir os motivos da solicitação de informações de interesse público, salvo nas hipóteses legais;

V – Manifestar para o público externo divergências de opinião de cunho técnico que denotem desacordo entre agente público quando no desempenho de suas atribuições funcionais;

VI – Divulgar informações relativas aos trabalhos desenvolvidos ou a serem realizados pela Prefeitura ou repassá-las à imprensa sem a prévia autorização da autoridade competente;

VII - Retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;

VIII - Promover manifestação de apreço ou despreço no recinto da unidade;

IX - Recusar-se a atualizar seus dados cadastrais, quando solicitado;

X - Utilizar sua função em situações que configurem abuso de poder ou práticas autoritárias;

XI - Alterar ou deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências;

XII - Opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço, devendo prestar, obrigatoriamente, no prazo de quinze dias úteis, salvo os prazos já previstos em lei, informações sobre a matéria solicitada, salvo prorrogação, a pedido e por igual período, em face da complexidade do assunto ou da dificuldade da obtenção, nas respectivas fontes, dos dados pleiteados;

XIII - Cometer a pessoa estranha à unidade, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado;

XIV - Manter sob sua subordinação imediata, em cargo comissionado ou função gratificada, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

XV - Participar de gerência ou administração de empresa privada, sociedade civil, salvo a participação nos conselhos de administração e fiscal de empresas ou entidades em que a União, o Estado ou o Município detenham, direta ou indiretamente, participação do capital social, sendo-lhe

vedado exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário;

XVI - Exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho;

XVII - Aceitar presentes, benefícios ou vantagens, exceto as decorrentes de premiações;

XVIII - Deixar, sem justa causa, de observar prazos legais administrativos ou judiciais;

XIX - Valer-se do bom relacionamento interpessoal com os colegas para escusar-se do cumprimento de suas obrigações, deveres e atribuições;

XX - Ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do superior imediato;

XXI - Cometer a outro agente público atribuições estranhas ao cargo ou função que ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias;

XXII - Apresentar acusação infundada contra qualquer agente público ou da alta administração, atribuindo infração de que o sabe inocente;

XXIII - Agir com preconceito, intolerância e quaisquer outras formas de discriminação aos usuários dos serviços públicos ou a outros agentes públicos ou ainda de forma que possa perturbar o ambiente de trabalho ou causar constrangimento aos demais;

XXIV - Iludir ou tentar iludir qualquer pessoa que necessite do atendimento em serviços públicos;

XXV - Recusar-se, sem justificativa, a fornecer informação requerida, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa.

XXVI - Coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político;

XXVII - Utilizar recursos humanos ou recursos materiais da unidade em serviços ou atividades particulares;

XXVIII - Recusar-se a prestar exame médico ou outros procedimentos necessários, quando determinado, sob fundamentação, por autoridade responsável por sindicância ou processo disciplinar;

XXIX – Usar de influência, de forma direta ou indireta, cujo agente tenha acesso em razão do cargo, para benefício privado próprio ou de outrem;

XXX – Negociar, favorecer ou obter vantagem dos órgãos governamentais, nacionais ou estrangeiros, ou de empresa licitante em processos de compra;

XXXI - Usar ou vaziar informação sigilosa em proveito próprio ou de outrem, à qual o agente tenha acesso em razão do cargo;

XXXII – Extraviar ou não zelar pela guarda de documentos e processos administrativos;

XXXIII – Ficar suspenso por tempo inferior a um ano, notadamente aos titulares de cargo cujas atribuições exijam habilitações, ficando, até a regularização, afastado temporariamente sem remuneração.

XXIV - Apresentar-se sob efeito de substâncias alcoólicas e/ou entorpecentes no serviço ou em situações que comprometam a imagem institucional da Administração Pública;

XXXV - Atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro; (Previsão na Lei Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União - 8112/90)

XXXVI - Prestar serviços à pessoa física ou jurídica ou manutenção de vínculo de negócio com pessoa física ou jurídica que tenha interesse em decisão individual ou coletiva do Município, em matéria que se relacione com a finalidade da unidade ou serviço em que esteja lotado.

Art. 14. Os agentes públicos não poderão receber salário ou qualquer outra remuneração de fonte privada em desacordo com a lei, nem receber transporte, hospedagem, alimentação ou quaisquer favores de particulares de forma a permitir situação que possa gerar dúvida sobre a sua probidade ou honorabilidade.

Parágrafo único. É permitida a participação remunerada em seminários, congressos e eventos semelhantes, na condição de titular do cargo ocupado, desde que informada eventual remuneração à Controladoria Geral do Município, bem como o pagamento das despesas de

viagem pelo promotor do evento, que não poderá ter interesse em decisão a ser tomada pela autoridade pública da alta administração.

Art. 15. Os agentes públicos poderão prevenir a ocorrência de conflito de interesses ao adotar, conforme o caso, uma ou mais das seguintes providências:

I - Encerrará atividade externa ou licenciar-se do cargo público ou função pública, enquanto perdurar a situação passível de suscitar conflito de interesses;

II - Alienar bens e direitos que integram o seu patrimônio e cuja manutenção possa suscitar conflito de interesses;

III - Na hipótese de conflito de interesses específicos e transitórios, comunicar sua ocorrência ao superior hierárquico ou aos demais membros de órgão colegiado de que faça parte, em se tratando de decisão coletiva, abstendo-se de votar ou participar da discussão do assunto.

Art. 16. No trabalho voluntário em organizações do terceiro setor, sem finalidade de lucro, também deverá ser observado o disposto neste decreto.

Art. 17. As autoridades públicas da Alta Administração, que mantiverem participação superior a 5% (cinco por cento) do capital de sociedade de economia mista, de instituição financeira ou de empresa que negocie com o Poder Executivo, comunicarão esse fato à Controladoria Geral do Município.

Parágrafo único. As informações comunicadas deverão ser mantidas em sigilo na Controladoria Geral do Município.

Art. 18. É permitido às autoridades públicas da alta administração o exercício não remunerado de encargo de mandatário, desde que não implique a prática de atividade empresarial ou quaisquer outras incompatíveis com o exercício do seu cargo ou função, nos termos da lei.

Art. 19. As divergências entre autoridades públicas da Alta Administração serão resolvidas internamente, mediante coordenação

administrativa, não lhes cabendo manifestar-se publicamente sobre matéria que não seja afeta à sua área de competência.

CAPÍTULO V

DAS PENALIDADES

Art. 20. As penas disciplinares produzem unicamente os efeitos declarados no presente Código.

Art. 21. São penalidades disciplinares:

I - advertência;

II - multa;

III - prestação de serviço;

IV - suspensão;

V - demissão;

VI – demissão a bem do serviço público;

VII - destituição de cargo em comissão ou de função gratificada;

VIII - cassação de aposentadoria ou de disponibilidade;

IX - suspensão de pagamento de proventos.

§ 1º. A pena de advertência representa a repreensão ao agente público e anotada nos assentamentos funcionais.

§ 2º A pena de multa consiste no pagamento, ao Fundo Social de Solidariedade ou a outro Fundo Municipal vinculado à natureza da infração, da quantia sugerida no relatório e calculada em dias-multa. Será, no mínimo, de 1 (um) e, no máximo, de 90 (noventa) dias-multa.

a) O valor do dia multa será fixado dentro dos limites, não inferior a um trigésimo do salário mensal vigente ao tempo da aplicação da pena do funcionário processado, nem superior a 3 (três) vezes esse salário.

b) A pena de multa será paga integralmente ou descontada na folha de pagamentos em tantas parcelas quantas necessárias à total cobertura, considerando-se o limite de desconto de 10% ao mês, salvo acordo em percentual superior.

§ 3º A pena de prestação de serviço implica em cumprimento de 4 a 10 horas, não remuneradas, de trabalho por semana, no mesmo setor ou em atividade de apoio equivalente.

§ 4º A pena de suspensão determina o não exercício do cargo ou função e a perda, para efeitos de remuneração, antiguidade e aposentadoria, de tantos dias quantos tenha durado o seu cumprimento.

§ 5º A pena de suspensão superior a 60 dias determina, ainda, a impossibilidade de gozar férias pelo período de 1 ano, contado desde o término do cumprimento da pena.

§ 6º A suspensão de 90 dias implica, também, na impossibilidade da permanência em cargo em comissão ou função gratificada, bem como na progressão em qualquer tipo de promoção, pelo período de 1 ano.

§ 7º A pena de demissão faz cessar o vínculo funcional e implica na impossibilidade de retornar ao serviço público, ainda que em caráter transitório, por período de 5 anos. Nos casos de demissão a bem do serviço público, o prazo de reabilitação é de 10 anos.

§ 8º Aplica-se a pena de destituição de cargo em comissão o cometimento das condutas previstas no parágrafo anterior. Se na época da aplicação da penalidade o agente público já estiver exonerado, a exoneração será convertida em pena de destituição de cargo em comissão, com os efeitos a ela inerentes.

§ 9º A pena de destituição de cargo em comissão ou de função gratificada impede ao apenado a ocupação de novo cargo em comissão ou função gratificada pelo período de 2 anos, contada a partir do cumprimento da pena.

§ 10. A pena de cassação de aposentadoria ou de disponibilidade, além de fazer cessar imediatamente os pagamentos decorrentes do vínculo, tem os efeitos acessórios do § 7º.

§ 11. A pena de suspensão de pagamento de proventos será aplicada ao agente público inativo por ilícito funcional praticado quando no exercício das funções, adotando-se os mesmos critérios, para efeitos de prescrição, fixação e desconto, referentes à pena a que corresponderia se estivesse em atividade.

§ 12. Nos casos de identificação de ato de improbidade administrativa ou da prática de qualquer crime, a autoridade administrativa encaminhará cópia autenticada dos autos ou de peças fundamentais ao Ministério Público.

Art. 22. As punições serão consignadas nos assentamentos funcionais do agente público que, em não incorrendo em nova infração, será reabilitado em 3 anos nos casos de penas de advertência ou multa; e em 5 anos nas hipóteses das penas de prestação de serviço, suspensão e destituição de cargo em comissão ou de função gratificada.

Art. 23. Na aplicação das penalidades serão consideradas as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais.

§ 1º São circunstâncias que agravam a pena:

I - a vontade determinada de produzir resultado nocivo ao serviço público ou ao interesse geral, independentemente de estes se verificarem;

II - a produção efetiva dos resultados a que se refere o inciso anterior;

III - a premeditação;

IV - o conluio com outros indivíduos para a prática da infração;

V - o fato de ser cometida durante o cumprimento de pena;

VI - o registro de punição disciplinar;

VII - a acumulação de infrações;

VIII - a ocorrência de lesão ao erário ou qualquer forma de prejuízo material, não prontamente reparado, ao ente público;

IX - a conduta com o objetivo de facilitar ou assegurar a execução, a ocultação, à impunidade ou vantagem de outra falta disciplinar:

X - a traição ou dissimulação;

XI - prevalecer-se das relações de confiança;

XII - quando a falta for praticada com ofensa direta à Administração;

XIII - a execução ou participação em infração disciplinar mediante paga ou promessa de recompensa;

XIV - a reincidência;

XV - quando a infração for cometida com intenções politico-partidárias.

§ 2º São circunstâncias que atenuam a pena:

I - a prestação de mais de 10 anos de serviço, com exemplar comportamento e zelo;

II - a confissão espontânea da infração;

III - a prestação de serviços relevantes à Administração Pública, em funções de relevo ou em situações de empenho especial;

IV - a provocação;

V - a conduta motivada por relevante valor social ou moral;

VI - ter o agente cometido à falta sob coação a que podia resistir, ou em cumprimento de ordem superior, ou sob a influência de violenta emoção;

VII - ter o fato ocorrido em situação de tumulto;

VIII - ter o agente reparado o dano antes da instauração de processo disciplinar.

Art. 24. Consideram-se antecedentes funcionais, para abrandar a pena, os registros de elogios em ficha funcional, a produção de trabalho excepcional e a colaboração comprovada para o aperfeiçoamento do serviço.

Art. 25. Quando o agente público, mediante uma só ação ou omissão, pratica duas ou mais faltas disciplinares, não idênticas, aplicasse-lhe a mais grave das penas; ou, se idênticas, somente uma delas, aumentada, quando possível, até a metade.

Art. 26. Quando presentes circunstâncias atenuantes que diminuam substancialmente a culpa do arguido, e havendo reparação de dano, se for o caso, poderá, ainda, ser abrandada a pena, aplicando-se pena de escalão inferior.

Art. 27. O ato de imposição da penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.

CAPITULO VI

DA APLICAÇÃO DAS PENAS

Art. 28. A advertência será aplicada nos casos de violação de proibição constante do Art. 13, incisos I ao IX e de inobservância de dever funcional previstos no artigo 12, regulamentação ou norma interna, que não justifique imposição de penalidade mais grave.

Parágrafo único. A advertência será convertida em multa se a conduta ocorreu com qualquer dos agravantes dos incisos I, II, V, VIII, IX e XI do § 1º do Art. 23.

Art. 29. A multa será aplicada nos casos de violação de proibição constante do Art. 13, incisos X ao XVII e do artigo 14, e nas seguintes hipóteses:

- I** - assédio moral;
- II** - desobediência a intimações e notificações de comissão de sindicância ou de processo administrativo disciplinar;
- III** - opor obstáculo de qualquer natureza a expediente investigatório ou de natureza processual, conduzido de forma legítima pela autoridade administrativa;
- IV** - exercer atividade remunerada durante licença médica;

V - negligência e má compreensão de deveres funcionais, nomeadamente:

a) falta de correção para com superiores hierárquicos, subordinados, colegas ou para com o público;

b) omissão de participar às autoridades competentes infrações de que tiver conhecimento no exercício das suas funções;

c) descontrolo na guarda ou arrumação de livros, arquivos e documentos ou grave incorreção na escrituração, apontamentos e registos inerentes à natureza do ofício, inclusive nos arquivos digitais;

d) descumprimento de normas legais e regulamentares, gerando comprometimento do resultado do serviço ou qualquer forma de prejuízo à Administração;

e) desobediência de ordens superiores.

Art. 30. A prestação de serviço ocorrerá nos casos de violação de proibição constante do Art. 13, incisos XVIII ao XXI e nas seguintes hipóteses:

I - retardar injustificadamente a execução de tarefas, cuja conclusão tem prazo estabelecido em lei, norma interna ou requisição de autoridade superior, judiciária ou policial, se não caracterizada a desídia;

II - desrespeitar os símbolos nacionais, estaduais e municipais;

III - deixar de prestar, quando do seu ofício, informações e esclarecimentos de interesse legítimo da Administração;

IV - promover ou alimentar ambiente de discórdia.

Art. 31. A suspensão ocorrerá nos casos de violação de proibição constante do Art. 13, incisos XXII ao XXXIII e em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não caracterizem infração sujeita a penalidade de multa, prestação de serviço ou demissão, não podendo exceder 90 (noventa) dias.

§ 1º O período de suspensão levará em consideração os critérios gerais de fixação da pena constantes no Art. 23, e outros estabelecidos em normas internas, ajustados às peculiaridades de cada órgão.

§ 2º Será punido com suspensão de 30 (trinta) dias o agente público que, injustificadamente, recusar-se a ser submetido à inspeção médica determinada pela autoridade competente. Uma vez cumprida a determinação, a pena será diminuída pela metade.

§ 3º Quando houver conveniência para a Administração Pública, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimento ou remuneração, ficando o agente público obrigado a permanecer em serviço.

Art. 32. A demissão será aplicada nos seguintes casos:

I - crime contra a Administração Pública; inclusive os de tipificação criminal como delitos informáticos;

II - abandono de cargo;

III - assédio sexual;

IV - inassiduidade habitual;

V - improbidade administrativa;

VI - incontinência pública e conduta escandalosa, na unidade;

VII - insubordinação grave em serviço;

VIII - ofensa física, em serviço, a agente público ou a particular;

IX - aplicação irregular de dinheiro público;

X - revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo ou função;

XI - lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio municipal de forma intencional;

XII - corrupção;

XIII - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;

XIV - transgressão dos incisos XXXIV ao XXXVI do Art. 13 e do inciso XXXII, do mesmo artigo, desde que inviabilize ou dificulte, por ato ou omissão, a apuração de responsabilidade;

XV - reincidência de faltas punidas originalmente com suspensão ou multa;

XVI - perda ou suspensão por tempo superior a um ano de habilitação para o desempenho de função que dependa de autorização legal do respectivo órgão de classe ou habilitações profissionais;

XVII - atuar tendenciosamente em sindicância ou processo administrativo disciplinar, encobrindo ou distorcendo a verdade, favorecendo uma das partes ou promovendo conclusões indevidas.

§ 1º Configura abandono de cargo a ausência intencional do agente público ao serviço por mais de 30 (trinta) dias consecutivos.

§ 2º Entende-se por inassiduidade habitual a falta ao serviço, sem causa justificada, por 60 (sessenta) dias, interpoladamente, durante o período de 12 (doze) meses.

§ 3º. Será aplicada a demissão a bem do serviço público nos casos descritos nos incisos I, V, IX, XI, XII do caput.

Art. 33. Detectada a qualquer tempo a acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, a autoridade competente notificará o agente público, por intermédio de sua chefia imediata, para apresentar opção no prazo de 10 (dez) dias, contados da data da ciência.

Parágrafo único. Na hipótese de omissão do agente público, a autoridade providenciará a instauração de processo, do qual poderá resultar pena de demissão.

Art. 34. Será cassada a aposentadoria ou a disponibilidade do agente público que houver praticado, na atividade, falta punível com a demissão.

Parágrafo único. Serão suspensos os pagamentos de proventos dos agentes públicos inativos nos casos de faltas praticadas em atividade, puníveis com pena de multa, prestação de serviço ou suspensão.

Art. 35. A destituição de cargo em comissão ou de função gratificada será aplicada nos casos de infração sujeita às penalidades de suspensão acima de 30 (trinta) dias e de demissão.

Art. 36. As penalidades disciplinares serão aplicadas:

I - pelo Prefeito, quando se tratar de suspensão superior a 30 (trinta) dias, destituição de cargo em comissão, demissão, suspensão de pagamento de proventos e cassação de aposentadoria ou disponibilidade de agente público vinculado ao seu poder;

II - pelos Secretários Municipais ou autoridades equiparadas quando se tratar de multa e suspensão de até 30 (trinta) dias e de destituição de função gratificada;

III - pelo chefe de departamento ou autoridades equiparadas, nos casos de advertência, prestação de serviço ou de suspensão de até 15 (quinze) dias;

IV – pelas demais chefias, nos casos de advertência e de suspensão de até 5 dias;

Art. 37. A ação disciplinar prescreverá:

I - em 5 (cinco) anos, quanto às infrações puníveis com demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão ou função gratificada;

II - em 2 (dois) anos, quanto à suspensão e multa;

III - em 1 (um) ano, quanto à advertência e prestação de serviço.

§ 1º O prazo de prescrição começa a contar da data em que o fato se tornou conhecido.

§ 2º Os prazos de prescrição previstos na lei penais aplicam-se às infrações disciplinares capituladas também como crime.

§ 3º A abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição, até a decisão final proferida por autoridade competente.

§ 4º Interrompido o curso da prescrição, a contagem do prazo será retomada a partir do dia em que cessar a interrupção.

Art. 38. O agente público em estágio probatório ou

estável que for sancionado com uma das penas previstas nos incisos I, II, III, IV e VII do artigo 21 desta lei, terá a pontuação da (próxima) avaliação de desempenho deduzida em 5 pontos por pena sancionada.

TÍTULO II

DA ESTRUTURA DE CONTROLE DA DISCIPLINA

CAPÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO DA COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E SINDICÂNCIA - CPADS

Art. 39. A Comissão de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância será composta por 3 (três) ou mais câmaras, cada qual com 03 (três) membros, sendo servidores públicos estáveis do quadro efetivo, formalmente designados por Portaria.

§ 1º O Ouvidor Público Municipal poderá criar novas câmaras, permanentes ou temporárias, formalizada via portaria, condicionada a demanda de serviços e subsidiada com justificativa e relatórios elaborados pelas Câmaras da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância existentes.

§ 2º Cada câmara da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância contará com 01 (um) servidor do quadro efetivo que atuará como secretário da Câmara.

§ 3º A Comissão de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância contará com 01 (um) servidor do quadro efetivo que atuará como auxiliar da Comissão.

Art. 40. Os membros terão mandatos de 02 (dois) anos, permitida a recondução, sendo que, dentre eles, um, por indicação do Ouvidor Público

Municipal, exercerá a Presidência.

§ 1º A alteração dos membros das câmaras da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância somente poderá atingir até 2/3 (dois terços) de seus representantes.

§ 2º O membro que presidir a câmara da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância deverá ter, preferencialmente, formação em ciências jurídicas, inscrito na OAB.

§ 3º Cabe ao Ouvidor Público Municipal indicar servidor para substituição de membro da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância, permanente ou temporária, quando necessário.

Art. 41. Poderão ser nomeados suplentes, por ordem da autoridade, nos casos de impedimento e suspeição, férias, enfermidade, licença ou óbito dos titulares.

§ 1º Os suplentes receberão treinamento e atualização e, quando em substituição, terão dedicação exclusiva e os mesmos poderes e deveres dos titulares.

§ 2º Toda vez que um suplente assumir definitivamente a vaga do titular, a autoridade nomeará outro suplente.

Art. 42. Aos servidores da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância, permanente ou temporária, deverá ser instituída gratificação.

CAPÍTULO II

DA GRATIFICAÇÃO

Art. 43 Fica criada gratificação funcional mensal para os servidores do quadro efetivo da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar e

Sindicância, que estejam em pleno exercício de suas funções, no valor mínimo mensal de R\$ 1.000,00 (um mil reais) e máximo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Parágrafo único. A gratificação somente será devida aos servidores que atingirem as metas estabelecidas em decreto regulamentador, a ser editado no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação desta lei.

Art. 44 O pagamento da gratificação mensal de que trata esta lei observará os seguintes critérios:

I - o valor de R\$ 1.000, 00 (um mil reais), para as atividades de auxiliar da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância;

II – o valor de R\$ 1.200, 00 (um mil e duzentos reais), para as atividades de secretário da Câmara da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância;

III – o valor de R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais), para as atividades de membros da Câmara da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância;

IV – o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), para as atividades de presidente da Câmara da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância.

§ 1º Os valores da gratificação serão reajustados na mesma data e pelo mesmo índice estabelecido para reajuste do vencimento dos servidores municipais.

§ 2º A gratificação não será incorporada à remuneração do servidor.

Art. 45 O pagamento da gratificação mensal de que trata esta lei complementar observará os seguintes critérios em relação à frequência do servidor:

I – no caso de 01 (uma) ausência no mês, o valor da gratificação sofrerá redução de 25% (vinte e cinco por cento);

II – no caso de 02 (duas) ausências no mês, o valor da gratificação sofrerá redução de 50% (cinquenta por cento);

III – no caso de 03 (três) ou mais ausências no mês, o servidor deixará de fazer jus ao benefício no referido mês.

Parágrafo único. A gratificação tem caráter *pro labore faciendo* e somente será devida ao servidor que estiver em efetivo exercício de suas funções, ressalvados os casos de afastamentos decorrentes de férias, faltas abonadas e licença por acidente de trabalho, hipóteses em que a gratificação corresponderá ao valor médio recebido pelo servidor nos últimos 03 (três) meses a esse título.

CAPÍTULO III

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 46. Compete ao Ouvidor Público Municipal determinar a instauração dos procedimentos administrativos de natureza disciplinar consistentes em sindicância e processos disciplinares.

Art. 47. Constituem atribuições do Presidente da Câmara da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância:

I - conduzir os procedimentos de natureza disciplinar, estabelecidos neste Código;

II - convocar o comparecimento de funcionários, solicitar a presença de não funcionários, requisitar informações, documentos e perícias às demais unidades da Administração, quando necessários à instrução probatória;

III - expedir ofícios e comunicações às autoridades judiciais, policiais, ao Ministério Público e às demais repartições públicas, de âmbito estadual ou federal, quando a averiguação decorrer de delitos previstos na legislação penal;

IV - realizar as diligências que julgar necessárias à apuração dos fatos;

V - indiciar os acusados em processos disciplinares, determinando sua citação, inclusive através de editais;

VI - realizar o interrogatório de indiciados, inquirir testemunhas, solicitar a exibição de documentos ou objetos, proceder a vistorias e constatações, respeitados os limites de suas atribuições;

VII - reduzir a termo todas as diligências que realizar;

VIII - requerer, na forma da lei, a designação de defensor dativo de acusados sem assistência ou revéis;

IX - elaborar e submeter à apreciação da autoridade competente, o relatório conclusivo do apurado nos procedimentos administrativos, propondo, fundamentadamente, a absolvição ou a aplicação da penalidade cabível, de acordo com a legislação;

X - atuar no processo de revisão do processo administrativo disciplinar, quando acolhido o pedido do interessado pela autoridade competente, observado neste Código;

XI - sugerir medidas necessárias ao aprimoramento do funcionalismo nas relações com o Poder Público;

XII - zelar pelo cumprimento desta Lei e dispositivos que regem as categorias, recorrendo subsidiariamente e no que couber, às disposições do Código de Processo Penal;

XIII - exercer o poder de polícia, zelando pelo princípio da autoridade e pela regularidade dos atos processuais;

XIV - requisitar, sob motivação, recursos e providências indispensáveis ao bom desenvolvimento dos atos processuais;

XV – executar outras atribuições correlatas, a critério do Ouvidor Público Municipal.

Art. 48. Compete aos Membros da Câmara:

I - participar de audiências, atuando no esclarecimento dos fatos;

II - auxiliar o Presidente na condução de todos os trabalhos de inquirição, vistorias, perícias e outros, inclusive, na elaboração de Relatórios Conclusivos;

III - participar de reuniões, com direito a voto nas deliberações;

IV - zelar pela regularidade dos atos processuais e pela afirmação do princípio da autoridade;

V - apresentar iniciativa, buscando o restabelecimento da ordem processual;

VI - participar de diligências e vistorias;

VII - assinar com os demais membros, os documentos necessários;

VIII - participar da elaboração do relatório e, quando for o caso, apresentar voto em separado;

IX – executar outras atribuições correlatas, a critério do Presidente da Câmara.

Art. 49. Compete ao Secretário da Câmara:

I - cumprir as determinações do Presidente e as deliberações da câmara;

II - redigir, sob ditado, os termos de audiência;

III - redigir e encaminhar mandados, ofícios e outras peças, sob orientação da câmara;

IV - manter sob sua guarda e responsabilidade os documentos da câmara;

V - ter o controle sobre material de expediente;

VI - assessorar os trabalhos gerais da Câmara;

VII – executar outras atribuições correlatas, a critério do Presidente da Câmara.

Art. 50. Compete ao Auxiliar da Comissão:

I – entregar pessoalmente as citações, intimações, notificações, ofícios e outros documentos necessários;

II – organizar e manter sob sua guarda e responsabilidade os documentos da Comissão;

III - auxiliar os trabalhos gerais dos Secretários das Câmaras;

IV – executar outras atribuições correlatas, a critério dos Presidentes das Câmaras.

Art. 51 Os membros das Câmaras da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância dedicarão tempo integral aos seus

trabalhos, bem como exercerão suas atividades com independência e imparcialidade, sendo assegurado o sigilo necessário na elucidação dos fatos.

§ 1º É dever dos membros, secretários e auxiliar da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância ter discrição e guardar sigilo sobre os documentos e assuntos que lhes sejam submetidos em razão do exercício regular da função, sob pena de responsabilização administrativa.

§ 2º As reuniões das Câmaras da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância deverão ocorrer em local isolado, sendo permitida somente a presença dos seus componentes e dos interessados, ou de profissionais com prerrogativas.

Art. 52. Devem declarar-se impedidos o Presidente, os membros e o secretário quando:

I - cônjuges, companheiros ou parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau, do arguido ou de quem, de alguma forma, deu início ao processo;

II - mantiverem, entre si, qualquer das relações indicadas no inciso anterior;

III - apresentarem relação de crédito ou débito com o arguido;

IV - tiverem, em algum momento, aconselhado o arguido ou orientado pessoa que contra ele representou.

Art. 53. Devem declarar-se suspeitos os agentes públicos relacionados no artigo anterior, quando:

I - amigos íntimos ou inimigos do arguido ou de quem contra ele representou;

II - receberam presente de uma das pessoas indicadas no inciso anterior;

III - indicados, nomeados, elogiados oficialmente, promovidos, exonerados, representados, processados ou punidos pelo arguido ou por quem contra ele representou.

Art. 54. Os impedimentos e as suspeições podem, também, ser suscitados pelo arguido ou por quem tiver interesse legítimo no processo.

Art. 55. Aos peritos e à autoridade disciplinar competente aplicam-se as restrições relativas aos impedimentos e às suspeições.

Art. 56. A comissão, afora as atividades sindicantes e processantes, tem a obrigação de promover, com o apoio do órgão de recursos humanos, medidas educativas e preventivas de esclarecimento sobre disciplina no serviço público, bem como programas de reeducação de agente públicos apenados.

Art. 57. As câmaras sindicante ou processante têm competência para atuar, em relação aos fatos a serem apurados e às infrações cometidas, onde estão sediados, bem como, por determinação da autoridade, em qualquer localidade onde se faça necessária para o órgão a apuração ou a instrução de um processo.

Art. 58. Ao Presidente, aos membros e ao secretário serão assegurados transportes e diárias quando obrigados a se deslocarem da sede para a realização de missão essencial ao esclarecimento dos fatos.

Art. 59. As autoridades competentes dos órgãos da Administração Direta e Indireta poderão, igualmente, por conveniência, nomear comissões provisórias para atuar em casos específicos, como forma de apuração preliminar à sindicância, respeitados os critérios de estabilidade, imparcialidade, independência e conhecimento especializado.

TÍTULO III

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - PAD

CAPÍTULO I

DO INÍCIO DO PROCESSO

Art. 60. Os atos processuais podem ser total ou parcialmente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico, na forma da lei, sendo aplicado, de forma complementar no que couber as regras estabelecidas no Código de Processo Civil e Código de Processo Penal.

Art. 61. A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a realizar a sua apuração imediata, objetivando a apuração dos fatos e responsabilidades, e poderá, essa averiguação preliminar, ser cometida a agente público ou comissão de agentes públicos, devendo constituir no mínimo, em relatório circunstanciado sobre o que se verificou.

§ 1º As representações sobre irregularidades serão objeto de apuração, contendo a identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito, confirmada a autenticidade, para garantia da ampla defesa, sem prejuízo da possibilidade de ser anônima, observadas a existência de indícios mínimos de relevância, autoria e materialidade.

§ 2º Qualquer ocupante de cargo de cargo em comissão ou de função gratificada poderá tomar a termo informações relativas à prática de irregularidade que envolva agente público, identificando o responsável e dando ciência, encaminhando o expediente à autoridade competente.

§ 3º Qualquer agente público que tiver conhecimento direto de irregularidade funcional praticada por outro agente público, ainda que não lhe seja subordinado, tem o dever de comunicar pelos meios oficiais à chefia imediata ou à autoridade disciplinar competente.

§ 4º As informações sobre irregularidades, sem identificação da autoria, poderão ser objeto de averiguação ou de sindicância, preservado o sigilo em relação aos possíveis envolvidos.

Art. 62. A sindicância é o expediente utilizado com a finalidade de, formalmente, esclarecer o fato e identificar a autoria. Da sua conclusão pode resultar:

- I** - arquivamento;
- II** - processo administrativo disciplinar para aplicação das penalidades;
- III** - promoção de medidas nas esferas civil ou penal contra agente públicos, particulares ou terceiros com vínculo contratual com a Administração Pública;
- IV** - medidas corretivas ou preventivas a serem adotadas pelo órgão.

§ 1º. A sindicância seguirá, no que couber, o formato de um inquérito policial ou civil. E, encaminhando-se a investigação para autor conhecido, a este, necessariamente, será dada a oportunidade de oferecer esclarecimentos e apontar as provas das suas alegações.

§ 2º A sindicância tem prazo de 30 (trinta) dias para ser concluída, que poderá ser prorrogado para atender necessidade justificada de apuração.

Art. 63. O processo administrativo disciplinar é o devido processo legal para viabilizar, quando for o caso, a aplicação das penas em expediente processual.

§ 1º - São pressupostos para instauração do processo:

- I** - o claro apontamento dos fatos, que configurem infração disciplinar;
- II** - a indicação da autoria, sendo o autor agente público, nos termos da presente lei;
- III** - a existência de expediente preliminar, que dê substância à peça acusatória;
- IV** - a inexistência, de plano, de circunstância que exclua a antijuridicidade ou a imputabilidade do agente.

§ 2º A portaria instauradora deverá conter o fundamento legal da instauração, a indicação dos fatos que originaram o processo, a qualificação do arguido e, quando instaurada comissão especial, o nome dos agentes públicos encarregados dos atos processantes.

§ 3º A indicação dos fatos poderá ser feita indiretamente, apontando-se expediente onde, com objetividade e precisão, estejam delineados, de forma a assegurar a correta compreensão do raio acusatório.

§ 4º Se no curso da instrução processual forem apurados novos fatos ou coautoria não apontada na fase inicial, o Presidente fará promoção à autoridade, recomendando o aditamento da portaria.

§ 5º Na hipótese do parágrafo anterior, o arguido será novamente notificado e ao agente público incluído no processo será oferecida a oportunidade para se manifestar sobre os atos produzidos, podendo requerer o refazimento de atos que forem justificadamente prejudiciais.

§ 6º O prazo regular para a conclusão do processo disciplinar é de 90 (noventa) dias corridos, contados da data de publicação da portaria, admitida a sua prorrogação por 30 (trinta) dias corridos.

§ 7º Por deliberação da autoridade instauradora o prazo poderá ser prorrogado por igual período; ou dilatado mediante provocação da comissão processante, para conclusão da prova ou para viabilizar o efetivo exercício da defesa.

§ 8º Na hipótese do § 5º, havendo necessidade de retomar etapas da instrução, o prazo será automaticamente devolvido ao termo inicial.

§ 9º O retardamento imotivado da conclusão do processo enseja a responsabilidade disciplinar dos membros da comissão.

§ 10º A câmara, ainda que não constituída em caráter permanente, dedicará tempo integral aos seus trabalhos, ficando seus membros dispensados do comparecimento na sua unidade de lotação, até a entrega do relatório final.

§ 11º As audiências da câmara serão registradas em atas ou mediante despachos proferidos nos autos do processo, que deverão detalhar as deliberações adotadas.

§ 12º As decisões são tomadas por maioria, facultado ao vencido a consignação do voto.

CAPÍTULO II

DO AFASTAMENTO OU TRANSFERÊNCIA PREVENTIVA

Art. 64. Como medida cautelar e a fim de que o agente público não venha a influir na apuração da irregularidade ou criar condições que prejudique o bom ambiente de trabalho, a autoridade instauradora de sindicância ou de processo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do cargo ou função ou transferência de local de trabalho, pelo prazo de até 60 (sessenta) dias corridos, sem prejuízo da remuneração.

§ 1º O afastamento ou transferência poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.

§ 2º Do agente público que responder a processo administrativo disciplinar sujeito à pena de demissão ou destituição de cargo em comissão ou de função gratificada, poderá ser exigido, quando afastado, o depósito, perante a câmara processante, dos documentos de identificação funcional.

§ 3º O afastamento preventivo dispensa o agente público da prestação de serviço e impede o seu comparecimento a qualquer ambiente da unidade, salvo nas ocasiões em que for intimado ou que sejam necessárias ao exercício da defesa.

§ 4º A circulação no ambiente fora dessas hipóteses

representa desobediência, suscetível de nova responsabilidade disciplinar e caracteriza agravante para efeito de fixação da pena, se demonstrado nos autos.

CAPITULO III

DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO

Art. 65. O Presidente zelará para que a câmara exerça as suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da Administração.

§ 1º As reuniões e as audiências das câmaras terão caráter reservado, podendo, todavia, serem estas assistidas por quem demonstrar direito ou interesse legítimo.

§ 2º Para efeitos do parágrafo anterior, têm direito o arguido, o advogado constituído ou o defensor dativo para o patrocínio da defesa. Têm interesse legítimo à vítima, quem representou à Administração ou seu advogado, o representante de sindicato ou de associação a que pertence o arguido e o estagiário de Direito.

§ 3º O interrogatório e a oitiva de testemunha poderão ser realizados por meio de videoconferência ou outro recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real, com a presença do defensor.

Art. 66. Recebidos os autos, após a publicação da portaria de instauração do processo administrativo disciplinar, a Câmara solicitará as diligências que considerar necessárias, arrolando as eventuais testemunhas e em seguida promoverá a citação do acusado.

§ 1º O indiciado será citado pessoalmente por mandado expedido pelo presidente da câmara para apresentar defesa prévia, técnica, por escrito no prazo de 10 (dez) dias úteis, assegurando-se lhe vista do processo na unidade, ou ao seu procurador, nos termos do Estatuto da Advocacia.

§ 2º Havendo dois ou mais indiciados, o prazo será comum e de 20 (vinte) dias úteis.

§ 3º O prazo de defesa poderá ser prorrogado pelo dobro, para diligências reputadas indispensáveis.

§ 4º No caso de recusa do indiciado em apor o ciente na cópia da citação, o prazo para defesa prévia contar-se-á da data declarada, em termo próprio e circunstanciado, pelo integrante da comissão que entregou a citação, com a assinatura de 2 (duas) testemunhas.

§ 5º O indiciado que mudar de residência fica obrigado a comunicar à comissão o lugar onde poderá ser encontrado.

§ 6º Observadas as formas e as cautelas legais, a citação poderá ser feita por meio eletrônico, desde que a íntegra dos autos seja acessível ao citado.

Art. 67. Achando-se o indiciado em lugar incerto e não sabido, será citado para apresentar defesa prévia, por meio de editais, publicados no Diário Oficial do Município, durante 3 (três) dias consecutivos.

Parágrafo único. Na hipótese deste artigo, o prazo para defesa será de 10 (dez) dias úteis a partir da última publicação do edital.

Art. 68. Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado, não apresentar defesa no prazo legal.

§ 1º A revelia será declarada, por termo, nos autos do processo e devolverá o prazo para a defesa.

§ 2º Para defender o indiciado revel, ou o hipossuficiente, o Presidente requisitará a nomeação de advogado como defensor dativo, junto à Secretaria Municipal responsável, que mantém convênio com a Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, subseção de Santos.

Art. 69. Na defesa, o acusado poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interessar à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário.

Art. 70. O indiciado poderá estar presente a todos os atos do processo e intervir, por seu defensor, nas provas e diligências que se realizarem.

Art. 71. De todas as provas e diligências será intimada a defesa, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

Art. 72. A atividade processante será desenvolvida em obediência aos princípios que regem a Administração Pública e, também, aos seguintes critérios:

- I** - atuação em conformidade com a lei e o Direito;
- II** - indisponibilidade do interesse público;
- III** - impedimento de promoção pessoal;
- IV** - atuação segundo padrões de ética, de probidade, decoro e boa-fé;
- V** - fundamentação de decisões, ainda que interlocutórias;
- VI** - observância das formalidades legais, das garantias dos cidadãos e das prerrogativas dos patronos da defesa;
- VII** - vedação a imposição de formalidades não estabelecidas em lei;
- VIII** - facilidade de informação aos arguidos e defensores;
- IX** - impulsão de ofício, sem prejuízo da provocação de parte interessada;
- X** - interpretação da norma de forma a garantir o atendimento do fim público e segurança da justiça.

Art. 73. São aplicados, supletivamente, os princípios e normas do Código Penal e do Código de Processo Penal.

Art. 74. Toda a instrução obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado ampla defesa. Toda prova admite contraprova.

Art. 75. Os autos da sindicância, quando preceder o processo disciplinar, serão apensados a este como peça informativa da instrução.

Parágrafo único. Na hipótese de o relatório da sindicância concluir que a infração está capitulada como ilícito penal, a autoridade competente encaminhará cópia dos autos ao Ministério Público, independentemente da imediata instauração do processo disciplinar.

Art. 76. O Presidente, de ofício ou por requerimento, pode promover a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de prova, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

§ 1º A perícia é indispensável quando o esclarecimento do fato depende de conhecimento especializado.

§ 2º A perícia será feita preferencialmente por órgão técnico da Administração Pública ou, por solicitação de cooperação, a outros órgãos de apoio científico. Inviabilizadas essas hipóteses, inclusive por comprometimento de prazos ou pela relevância da apuração, o Presidente, sob fundamento, solicitará à autoridade instauradora medidas referentes à contratação de perícia externa.

§ 3º O Presidente poderá requerer o sobrestamento do processo à autoridade, quando a continuidade da instrução processual depender da realização de perícia, cujo laudo não possa ser apresentado em prazo inferior a 30 dias corridos.

§ 4º O Presidente pode determinar aos peritos que esclareçam pontos obscuros do laudo e, se necessário, o comparecimento em audiência para prestar explicações que permitam formar o convencimento.

Art. 77. É assegurado ao arguido, desde a formalização,

o direito de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.

Parágrafo único. Serão admitidos documentos eletrônicos produzidos e conservados com a observância da legislação específica.

I - O Presidente poderá, motivadamente, denegar pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios, ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos;

II - Será indeferido o pedido de prova pericial, quando o esclarecimento dos fatos depender de conhecimento especial de perito;

III - Compete ao Presidente verificar a pertinência e relevância do pedido de prova pericial formulado pela defesa. Uma vez sendo legítimo, tomará as providências para viabilizá-la, ao encargo da Administração;

IV - Do despacho que indefira o requerimento de quaisquer diligências probatórias, cabe pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis. Mantido o indeferimento, cabe recurso hierárquico, no mesmo prazo, sem efeito suspensivo, devendo o recorrente demonstrar a pertinência e a relevância da prova requerida.

Art. 78. Recebida a defesa e instruído o processo, a Câmara designará dia e hora para a audiência de oitiva de testemunhas e interrogatório, promovendo a intimação do acusado, de seu defensor e das testemunhas arroladas.

Art. 79. As testemunhas serão intimadas a depor mediante mandado expedido pelo Presidente, devendo a segunda via, com o ciente do interessado, ser anexada aos autos.

Parágrafo único. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei.

I - Se a testemunha for agente público, a expedição do mandado será comunicada ao chefe da unidade onde serve, com a indicação do local, dia e hora marcados para inquirição;

II - Os mandados serão expedidos com, pelo menos, 2 (dois) dias úteis de antecedência à data da inquirição, para agentes públicos, e 5 (cinco) dias úteis para particulares;

III - O procurador do arguido ou defensor dativo será intimado com prazo de 5 (cinco) dias úteis. O não comparecimento ao ato processual realizado após a indicação será suprido por nomeação, pelo Presidente, de defensor *ad hoc*, salvo comprovação de situação de força maior ou caso fortuito.

Art. 80. O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, não sendo lícito à testemunha trazê-lo por escrito.

§ 1º As testemunhas serão inquiridas separadamente.

§ 2º Na hipótese de depoimentos contraditórios ou que se infirmem, poderá ser procedida à acareação, desde que a dúvida recaia sobre ponto relevante e que não possa ser esclarecido por outro meio de prova, de maior segurança.

§ 3º As testemunhas sem impedimento serão compromissadas em termo de depoimento. Para as demais, será lavrado termo de declarações.

§ 4º À testemunha é vedado emitir opinião, salvo se impossível desassociar do contexto, e compete-lhe explicar as razões do conhecimento e as circunstâncias que permitam avaliar a credibilidade.

§ 5º O agente público que estiver em gozo de férias ou em licenças, poderá ser intimado para prestar depoimento ou declarações.

Art. 81. Concluída a coleta da prova documental e oral, a câmara promoverá o interrogatório do agente público arguido.

§ 1º No caso de mais de um arguido, cada um deles será ouvido separadamente.

§ 2º Ao arguido é assegurado o direito de permanecer em silêncio, devendo o Presidente, no início do ato, comunicar-lhe dessa garantia.

§ 3º O silêncio do agente público não pode ser tomado como confissão tácita, mas pode ser considerado na avaliação geral da prova.

Art. 82. Os depoimentos e o interrogatório serão tomados pelo Presidente, sendo facultado aos membros, defensores e arguido, reinquirir por seu intermédio.

Art. 83. Os termos de depoimento, declarações e interrogatório serão ditados pelo Presidente ao secretário e guardarão fidelidade nos registros, devendo ser reproduzidas, tanto quanto possível, as expressões usadas.

Art. 84. Serão consignadas em termo apenas as perguntas que não forem respondidas e os motivos alegados para o silêncio; ou aquelas que, a requerimento, devam ser consignadas para avaliação do contexto.

Art. 85. O arguido tem o direito de permanecer na sala de audiência quando produzida prova, mas poderá ser retirado quando o Presidente perceber que a sua presença pode comprometer a disposição de testemunha ou declarante. Neste caso, o incidente será consignado, e a instrução prosseguirá com o defensor, se presente, ou com defensor nomeado para o ato.

Art. 86. Concluída a instrução e colhido o depoimento do acusado em interrogatório, a defesa apresentará suas razões finais que será reduzida a termo no prazo de 15 (quinze) minutos, ou a critério da presidência, facultará a apresentação da defesa por escrito no prazo de dez dias úteis.

Parágrafo único. Produzida a defesa escrita, a Câmara apresentará o relatório, no prazo de 10 (dez) dias corridos.

CAPITULO IV

DO RELATÓRIO, DA REMESSA À AUTORIDADE, DO JULGAMENTO E DAS NULIDADES

Art. 87. No relatório da Câmara serão apreciadas, em relação a cada indiciado, as irregularidades imputadas, as provas colhidas e as razões da defesa, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais, propondo-se justificadamente a absolvição ou punição, indicando-se, neste caso, a pena cabível e sua fundamentação legal.

Parágrafo único. A Câmara deverá sugerir outras medidas que se fizerem necessárias ou forem de interesse público.

Art. 88. Recebido o processo com o relatório, a autoridade competente proferirá a decisão por despacho fundamentado.

Parágrafo único. O julgamento poderá ser convertido em diligência.

Art. 89. No prazo de 20 (vinte) dias corridos, contados da conclusão do processo, a autoridade disciplinar competente proferirá a sua decisão.

§ 1º Se a penalidade a ser aplicada exceder a alçada da autoridade instauradora do processo, este será encaminhado à autoridade competente, que decidirá em igual prazo.

§ 2º Havendo mais de um indiciado e diversidade de sanções, o julgamento caberá à autoridade competente para a imposição da pena mais grave.

Art. 90. A autoridade tem o poder do livre convencimento, com o dever, entretanto, de fundamentar a decisão com base nos elementos dos autos.

§ 1º O julgamento, quando acatar o relatório da comissão, poderá usar os argumentos deste como as razões de decidir.

§ 2º Quando o relatório da câmara contrariar as provas dos autos, ou os fundamentos de Direito forem insubsistentes, a autoridade disciplinar competente, motivadamente, poderá agravar a penalidade proposta, abrandá-la ou

isentar o agente público de responsabilidade.

§ 3º Aplicam-se, subsidiariamente, para a valoração da instrução e da prova, e critérios de julgamento, as normas do Código Penal e do Código de Processo Penal.

Art. 91. Extinta a punibilidade pela prescrição, a autoridade disciplinar competente determinará o registro do fato nos assentamentos individuais do agente público.

Art. 92. Verificada a ocorrência de vício insanável, a autoridade que determinou a instauração do processo ou outra de hierarquia superior declarará a sua nulidade, total ou parcial, e ordenará, no mesmo ato, a constituição de outra comissão para instauração de novo processo.

§ 1º O término do apuratório e o julgamento fora do prazo legal não implicam em nulidade do processo, mas devolvem prazos para efeitos de prescrição e podem, se decorrerem de negligência ou má-fé, importar em responsabilidade dos agentes encarregados da apuração.

§ 2º Importam em nulidade absoluta:

- I** - incompetência da autoridade instauradora;
- II** - atos processuais relevantes praticados por agentes que não estejam legalmente autorizados ou que sejam impedidos;
- III** - falta de definição do raio apuratório;
- IV** - ausência de notificação do arguido, no início do processo;
- V** - cerceamento de defesa, com evidente prejuízo;
- VI** - citação inválida;
- VII** - ausência de defesa;
- VIII** - utilização de prova ilícita na conclusão do processo, com prejuízo para a defesa.

§ 3º Outras nulidades podem ser suscitadas e a declaração dependerá da demonstração de prejuízo para a Administração Pública, para

o esclarecimento da verdade ou para o exercício da defesa.

§ 4º As nulidades não constantes do rol do § 2º, consideram-se supridas, para efeitos de defesa, se não forem reclamadas pelo arguido até a produção do relatório.

Art. 93. Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do arguido, a câmara proporá à autoridade competente que ele seja submetido a exame por junta médica oficial, da qual participe pelo menos um médico psiquiatra.

§ 1º São quesitos fundamentais ao esclarecimento:

- a) se o agente público é portador de insanidade mental e qual é a classificação da doença;
- b) se a enfermidade mental interfere na capacidade de discernimento;
- c) se a enfermidade estava presente à época dos fatos ou se foi superveniente;
- d) se o agente público é ou não clinicamente responsável.

§ 2º O incidente de sanidade mental será processado em autos apartados e apenso ao processo principal, após a expedição do laudo pericial.

§ 3º Nos casos em que há elementos que apontem para quadro de alcoolismo ou depressão, tendo nexos com o mérito do processo, será igualmente procedida perícia.

CAPITULO V

DA SUSPENSÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - SUSPAD

Art. 94. Nas infrações disciplinares, puníveis com a advertência, a autoridade competente, no momento da instauração do processo

administrativo disciplinar a que se refere o Título III desta Lei, poderá propor a suspensão do processo administrativo disciplinar - SUSPAD, pelo prazo de 1 (um) a 2 (dois) anos, conforme a gravidade da falta, e desde que o agente público não tenha sido condenado por outra infração disciplinar nos últimos cinco anos.

§ 1º Aceita a proposta, a autoridade competente especificará as condições a que fica subordinada a suspensão, desde que adequadas ao fato e à situação pessoal do agente público, incluída a reparação do dano, se houver.

§ 2º A suspensão será revogada se, no curso de seu prazo, o beneficiário vier a ser processado por outra falta disciplinar ou se descumprir as condições estabelecidas na forma do § 1º, prosseguindo-se, nestes casos, os procedimentos disciplinares cabíveis.

§ 3º Expirado o prazo da suspensão e cumprindo o beneficiário as suas condições, a autoridade competente declarará extinta a punibilidade.

§ 4º O beneficiário da SUSPAD fica impedido de gozar o mesmo benefício durante o seu curso e durante o dobro do prazo da suspensão, contado a partir da declaração de extinção da punibilidade, na forma do parágrafo anterior.

§ 5º Ficam suspensos os prazos prescricionais durante o prazo da SUSPAD.

§ 6º Não se aplica o benefício previsto no caput deste Artigo:

I - às infrações disciplinares que ensejam a aplicação das demais penalidades, não previstas no caput;

II - às infrações disciplinares que correspondam a fatos típicos enquadrados como infrações penais cuja pena mínima seja igual ou superior a 1 (um) ano;

III - às infrações disciplinares que correspondam a atos de improbidade administrativa; e

IV - nos casos de abandono do cargo, emprego ou função ou inassiduidade habitual.

§ 7º Fica a cargo do Poder Executivo Municipal a expedição de normas complementares necessárias à aplicação deste dispositivo.

§ 8º O benefício referido neste Capítulo aplica-se aos procedimentos administrativos disciplinares em curso.

TÍTULO IV

DOS RECURSOS

CAPÍTULO I

DA RECONSIDERAÇÃO E DO RECURSO HIERÁRQUICO

Art. 95. Cabe pedido de reconsideração à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a primeira decisão, não podendo ser renovado.

Parágrafo único. O pedido de reconsideração deverá ser despachado no prazo de 5 (cinco) dias úteis e decidido dentro de 30 (trinta) dias úteis.

Art. 96. Caberá recurso hierárquico, em no máximo três níveis:

- I** - do indeferimento do pedido de reconsideração;
- II** - das decisões sobre os recursos sucessivamente interpostos.

§ 1º O recurso será dirigido à autoridade imediatamente superior à que tiver expedido o ato ou proferido a decisão, e, sucessivamente, em escala ascendente, às demais autoridades.

§ 2º O recurso será encaminhado por intermédio da autoridade a que estiver imediatamente subordinado o requerente.

Art. 97. O prazo para interposição de pedido de reconsideração ou de recurso hierárquico é de 30 (trinta) dias úteis, a contar da publicação ou da ciência, pelo interessado, da decisão recorrida.

Art. 98. O recurso poderá ser recebido com efeito suspensivo, a juízo da autoridade competente, considerando, especialmente, os antecedentes funcionais e a ausência de expressivo dano ao erário.

Parágrafo único. Em caso de provimento do pedido de reconsideração ou do recurso, os efeitos da decisão retroagirão à data do ato impugnado.

Art. 99. O pedido de reconsideração e o recurso, quando cabíveis, interrompem a prescrição.

Art. 100 A prescrição é de ordem pública, não podendo ser relevada pela Administração.

CAPÍTULO II

DA REVISÃO

Art. 101 O processo disciplinar poderá ser revisto, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.

§ 1º Em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do agente público, qualquer pessoa da família até o 2º grau civil e ou

cônjuge ou companheiro, poderá requerer a revisão do processo.

§ 2º No caso de incapacidade mental do agente público, a revisão será requerida pelo respectivo curador.

Art. 102 No processo revisional, o ônus da prova cabe ao requerente.

Art. 103 A simples alegação de injustiça da penalidade não constitui fundamento para a revisão, que requer elementos novos, ainda não apreciados no processo originário.

Art. 104 O requerimento de revisão será único e dirigido exclusivamente ao Prefeito, ou a autoridade disciplinar competente, que decidirá sobre o seu processamento.

Art. 105 Estará impedida de funcionar no processo revisional a Câmara que participou do processo disciplinar primitivo.

Art. 106 A revisão correrá em apenso ao processo originário.

Parágrafo único. Na petição inicial, o requerente necessariamente apresentará ou indicará onde se encontram os novos elementos e, quando for o caso, o rol de testemunhas.

Art. 107 A câmara revisora terá 60 (sessenta) dias corridos para a conclusão dos trabalhos.

Art. 108 Aplica-se aos trabalhos da câmara revisora, no que couber, as normas e procedimentos próprios da câmara do processo disciplinar.

Art. 109 O julgamento caberá à autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo único. O prazo para julgamento será de 20

(vinte) dias corridos, contados do recebimento do processo, no curso do qual a autoridade disciplinar competente poderá determinar diligências.

Art. 110 Julgada procedente a revisão, será declarada sem efeito a penalidade aplicada, restabelecendo-se todos os direitos do agente público, exceto em relação à destituição do cargo em comissão ou de função gratificada, que será convertida em exoneração ou revogação, respectivamente.

Parágrafo único. No caso de pena de multa, haverá restituição do valor, com correção oficial; e na hipótese de prestação de serviço, serão computadas as horas trabalhadas, e remuneradas com acréscimo de 25% (vinte cinco por cento).

TÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 111 Esta Lei entra em vigor a partir de 1 de janeiro de 2022.

Art. 112 Ficam revogados os artigos 222 ao 272 da Lei Municipal nº 4.623, de 12 de junho de 1984, bem como a legislação complementar e as demais disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Palácio José Bonifácio, em xx de outubro de 2021.